
interpretações mais comuns do fenômeno; o valor simbólico do sangue e do uso comunitário de agulhas se analisa com base na categoria “processos de liminaridade”; destaca-se a opção por fugir da ordem social ligada ao *status* e a criação de uma *communitas* com seus tipos específicos de relações. Também se aborda o perigo de reduzir os riscos envolvidos na prática do uso de drogas, à infecção com HIV-AIDS.

A terceira parte do livro traz um histórico dos discursos associados ao controle das doenças sexualmente transmissíveis no Brasil, como introdução ao estudo das políticas públicas contemporâneas sobre AIDS. Um outro capítulo analisa a gestão governamental relacionada com o sangue e hemoderivados no Brasil, na conjuntura criada pela crise atual, a revisão do modelo assistencial, o estado da atual jurisprudência sobre a atual constituição, o movimento da reforma sanitária e a presença da AIDS. Posteriormente, mediante um paralelo entre a situação de outras minorias oprimidas no passado, como é ilustrado pelo holocausto dos judeus, analisa-

se a situação dos homossexuais, descobrindo-se como a AIDS revela as fraturas sociais, e a crise da saúde pública. Constatou-se que se trata de um problema mais histórico, político e ideológico, do que estritamente médico. Concluiu-se que as respostas devem ser articuladas ao nível da sua complexidade, e não sob a forma de medidas paliativas. Neste sentido, mais um capítulo aborda o ativismo como forma de resposta da comunidade organizada à epidemia.

O livro consegue seu objetivo de fornecer uma visão abrangente da AIDS no Brasil tanto do ponto de vista dos pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, como da perspectiva das pessoas comprometidas com a luta contra a AIDS. Esta visão é menos técnica, teórica e reducionista, e mais pragmática e interdisciplinar. Ela valoriza o discurso e a prática dos sujeitos estudados.

Edgar Hamman

Escola Nacional de Saúde Pública
Fundação Oswaldo Cruz

Health Affairs: The Quarterly Journal of the Health Sphere, volume 12, número 4 (Special Issue: Violence and the Public's Health). Jane H. White (Executive Editor). Publicação do Project HOPE: Bethesda, Maryland, EUA, Winter 1993.
ISSN 0278-2715

Health Affairs é um periódico interdisciplinar dedicado ao aprofundamento de políticas de saúde no âmbito nacional dos Estados Unidos e internacionalmente. Este número em especial está dedicado à reflexão e ao debate da Política Pública de Saúde para prevenir a Violência. A revista se organiza em sete partes, cinco das quais concernentes ao tema da violência: (1) artigos de pesquisa e análises; (2) comentários; (3) publicação de dados; (4) informações sobre financiamentos concedidos para pesquisas; (5) informações sobre publicações e relatórios; (6) resenhas de livros; (7) cartas dos leitores.

1. A primeira parte contém, em primeiro lugar, um artigo de James A. Mercy et al. sobre a

“Política da Saúde Pública para prevenir a Violência”. Os autores colocam a violência como uma epidemia moderna que ameaça a América não apenas fisicamente, mas nas suas instituições básicas como a família, a comunidade e o próprio sistema de saúde. Partindo do princípio de que a saúde pública tem uma inegável experiência em prevenir doenças, combater epidemias, os autores afirmam que essa área de conhecimento e de ações traz para a sociedade uma nova visão de como prevenir a violência: praticando uma ciência integral capaz de identificar políticas e programas; articulando esforços de diversas disciplinas científicas, organizações e comunidades; discutindo as prioridades para a ação inclusive com a participação da sociedade. O artigo apresenta dados de uma série histórica dos homicídios nos Estados Unidos desde 1900 a 1990. É muito interessante a articulação desse texto com os que vêm logo a seguir, na medida em que todos passam a se referir ao primeiro e a discuti-lo, criticando suas premissas, propostas e conclusões.

A seguir há um artigo de Donna Shalala, secretária de saúde do governo Clinton onde a autora coloca as estratégias federais para enfrentar a violência, “Focalizando a crise de violência”.

O artigo de Mark Moore “Prevenção da violência: Justiça Criminal ou Saúde Pública” é um belo diálogo crítico da área do direito com as propostas da área da saúde, onde o autor critica certa ingenuidade com que os profissionais sanitários estão se dispondo a atuar, empregando os métodos utilizados para erradicar epidemias. Questiona também o conceito muito simplista de “prevenção” apresentado no texto de Janes Mercy e colaboradores. Por ser um professor de Direito Criminal o autor mostra como a justiça procura também trabalhar com prevenção não a separando das abordagens repressivas. Em suma, este artigo é um balanceamento do precoce entusiasmo com que a área da saúde está tendendo a se aproximar do fenômeno da violência. O autor indica a necessidade de ações complementares e não excludentes; critica a coerência interna da abordagem da saúde pública e os fundamentos diferenciados de que partem a justiça e a saúde dificultando o trabalho solidário.

O texto “Precoces determinantes da delinqüência e da violência” é uma revisão bibliográfica de textos que se propõem a estudar os fatores de risco na primeira infância para a delinqüência e o comportamento violento futuros. Embora a finalidade seja chamar a atenção dos políticos e planejadores de saúde para o momento crucial da primeira infância como etapa para formar atitudes e hábitos, Stephen Buka e Felton Earls dão um peso muito grande às características das crianças incluindo-se aí problemas biológicos e neurológicos. Isso não retira o mérito do trabalho que desenvolve uma busca de causação de complexos fatores, mas é necessário não lê-lo para aprofundar preconceitos, pois os seus “preditores de delinqüência e violência” estão todos voltados para o estudo das populações pobres e minorias.

O artigo de Jeffrey Fagan denominado “Interações entre drogas, álcool e violência” mostra como nos Estados Unidos mais da metade dos homicídios envolvem drogas ou álcool e esses dois elementos estão implicados em larga

proporção de atos violentos não-fatais. No entanto o autor discute a dificuldade de estabelecer uma direta causação entre drogas, álcool e violência; de separar a influência do ambiente; os traços de personalidade; e o efeito dessas substâncias. O autor concorda que “o peso da evidência sugere que o uso dessas substâncias promove um contexto provocativo para violência” porém, continua, “mas é limitada a evidência de que álcool e drogas causem violência”. Essas afirmações vindas de um professor de Justiça Criminal induzem a pensar na dificuldade de se tomarem medidas concretas quanto ao uso das referidas substâncias visando à contenção da violência.

Darnell F. Hawkins trabalha em seu texto a questão da “Desigualdade, Cultura e Violência Interpessoal”. Os dados dos Estados Unidos evidenciam maior prevalência de violência em alguns grupos sócio-econômicos e étnicos. Hawkins analisando vários estudos, afirma que nem a noção de diferença cultural nem a desigualdade sócio-econômica oferecem explicações satisfatórias para o fenômeno. Ele sugere que qualquer estratégia para enfrentar a violência nos Estados Unidos deve levar em conta ambos, os efeitos da desigualdade social e da cultura própria aos grupos em questão.

Os dois artigos finais da primeira parte da revista são sobre a questão das armas de fogo pela força desse meio de morte e de violação da vida no quadro de homicídios e suicídios nos Estados Unidos; são eles: “Políticas para prevenir as lesões por armas de fogo” de Stephen Teret e Garen Wintemute; e “Política de pesquisa sobre armas de fogo e violência” de Franklin E. Zimring. Ambos os artigos mostram como, apesar da mortalidade e morbidade por armas de fogo serem muito grandes nos Estados Unidos há pouco investimento em pesquisas para avaliar a efetividade das políticas que regulam o uso desse meio que se interpõe em larga escala nas relações interpessoais. Buscando criticar e avançar em novas possibilidades de regulação, Franklin Zimring propõe que maior repressão ao uso deve começar pela produção de armas e não se contentar apenas em normatizar a ação dos comerciantes e dos usuários.

2. A segunda parte da revista que consiste de Comentários que tratam: da prevenção da

violência como prioridade da política de saúde; da análise de programas escolares de prevenção da violência para adolescentes; das dificuldades de se realizarem pesquisas que articulem armas de fogo e violência; da prevenção da violência doméstica como tarefa para os pediatras clínicos; do impacto da violência no sistema de tratamento de traumas. Na verdade esses comentários são, em muitos casos, verdadeiros artigos que permitem o diálogo com os pesquisadores que trabalham em temas semelhantes.

3. A terceira parte da revista é uma informação de dados sobre: a estimativa de custos das lesões e traumas por armas de fogo; os custos das vítimas de crimes violentos que resultam em lesões; e pesquisa de opinião sobre a política de armas.

4. O quarto ponto do periódico é a descrição das pesquisas que têm sido e estão sendo realizadas nos Estados Unidos sobre violência, as instituições que as sediam, os orçamentos e as estratégias que estão sendo propostas, a partir daí, para a ação no campo social e da saúde.

5. Por fim, para o que concerne aos interesses desta resenha, a revista apresenta as principais

publicações atuais sobre violência nos Estados Unidos, com informações para sua aquisição.

É importante observar que este número temático sai no momento em que se está discutindo nos Estados Unidos o plano de reforma do sistema de saúde do Presidente Bill Clinton, onde há uma preocupação especial com a “epidemia da violência”. Donna Shalala, secretária de saúde do governo federal resume assim tal sentimento: “*De todos os desafios dos serviços de saúde e humanitários que enfrentamos, talvez o mais devastador e, ironicamente, o mais prevenível é a epidemia da violência que ocorre em toda a nação*”. E o próprio Presidente Clinton considera a violência como um tema crítico no debate sobre a reforma do sistema de saúde.

Este número do *Health Affair* é, sem dúvida, um passo positivo no debate sobre a articulação da Violência e Saúde e na problematização das questões que daí decorrem.

Maria Cecília de Souza Minayo
Centro Latino-Americano de Estudos
sobre Violência e Saúde
Fundação Oswaldo Cruz

Food of the Gods: The Search for the Original Tree of Knowledge. A Radical History of Plants, Drugs and Human Evolution. Terence McKenna. New York: Batam Books, 1993. 331 p., figs, biblio. ISBN 0-553-37130-4

É comum nos dias de hoje, à despeito dos grandes golpes sofridos pelos entusiastas do Criacionismo Teológico — ao perderem o monopólio explicativo da origem da vida e do homem no mundo —, lançar-se mão do texto bíblico do Gênesis como metáfora mítica antecipatória do pensamento evolutivo inaugurado por Darwin/Wallace. Com efeito, o texto do profeta Esdras é fecundo ao apresentar em trinta e um versículos, a obra

de Deus, realizada em seis dias, numa seqüência de eventos que muito se parece com o sugerido pelo atual pensamento cosmológico e evolucionista. Hipóteses de concepção divina e probabilidades no tempo geológico à parte, a Bíblia certamente tem suas razões.

Ao criar o homem à sua imagem e semelhança, Deus dispõe sobre aquele o poder de denominar e de dominar sobre toda sua obra: “*tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para cultivar e guardar. E lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente*” (Gênesis II, 15 e 16). Porém advertiu ao homem: “*mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás*” (Gênesis II, 17).

Daqui em diante, a maioria de nós conhece a estória: seduzidos pelas artimanhas da serpente,